

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GEOVANE SOARES SANTANA

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,
2016**

GEOVANE SOARES SANTANA

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Pública

Orientador (a): Prof. Mario Augusto Carvalho Viana

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,
2016

S223p

Santana, Geovane Soares.

O processo de implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público: desafios e perspectivas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. / Geovane Soares Santana, 2016.

61f.

Orientador (a): Mario Augusto Carvalho Viana.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

Inclui referência 54 - 56.

1. Contabilidade – Contabilidade Pública. 2.
Convergência. 3. Gestão universitária. I. Viana, Mario Augusto
Carvalho. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.
T.

CDD: 657.61

GEOVANE SOARES SANTANA

**O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Me. Mario Augusto Carvalho Viana

Vitória da Conquista, ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Mário Augusto Carvalho Viana
Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP
Professor Assistente da UESB
Orientador

Paulo Fernando de Oliveira Pires
Mestre em Ciências Contábeis
Professor Adjunto da UESB

Weslei Gusmão Piau Santana
Doutor em Administração pela UFBA
Professor Adjunto da UESB

Dedico este trabalho aos meus “pais” pessoas humildes e de grande sabedoria, ao bom Deus pela vida, saúde e paz, aos meus amigos que me fizeram acreditar que era possível e aos professores que me conceberam essa oportunidade e me guiaram nos caminhos que me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pois sem a sua força, e o seu poder eu não teria capacidade para seguir em frente diante desse desafio, por se fazer presente em todos os momentos, por me ter concebido saúde, sabedoria e disposição para alcançar mais essa etapa.

Agradeço aos meus pais que com toda humildade e simplicidade me ensinou a ser uma pessoa decente, a respeitar e buscar meus sonhos de forma honesta ainda que seja com muito trabalho. Agradeço também a minha família por estar ao meu lado todo esse tempo, me dando força, apoio e confiança.

Aos meus amigos Marlon Galdino, Juliano Magalhães e Samira Nayara, colegas de faculdade, e também de vida, que me compreenderam e me apoiaram nesses momentos difíceis. Esses amigos sempre me ajudaram durante o curso e também nesse trabalho.

Agradeço ao professor Mario Augusto Carvalho Viana o grande responsável pelas orientações e direcionamentos neste trabalho, uma pessoa que acreditou nessa pesquisa e sempre me deu incentivos para seguir em frente.

A todos, muito obrigado!

É sempre preciso saber quando uma etapa chega ao fim. O que importa é deixar no passado os momentos da vida que já se acabaram.
(FERNANDO PESSOA).

RESUMO

A partir de 2008, surge na Contabilidade a necessidade de adequação as novas Normas, que é pautada em inserir maior confiança nas informações Contábeis. Diante dessas modificações, surge a necessidade de verificar quais as perspectivas e limitações do processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Esta pesquisa surge importante porque possibilitou ao pesquisador uma aproximação com a área estudada, além de proporcionar um grande conhecimento referente ao processo de implementação dessas normas. Neste sentido surge respostas referente as novas mudanças que a Norma irá trazer ao setor público, verificando como um todo se a sociedade será beneficiada a partir dessas mudanças e como ocorreu o processo de implementação das Normas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para responder aos questionamentos o pesquisador utilizou uma abordagem qualitativa. Foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados, na qual conteve perguntas abertas e fechadas, as informações colhidas foram analisadas com características explicativas, pois, o método explicativo é o que mais se aproxima com a pesquisa realizada. Como delimitação espacial teve a Cidade de Vitória da Conquista – BA no ano de 2015, ano delimitado pelo STN para período final de adequação às NBCASP. Os resultados mostraram que a maioria dos profissionais envolvidos nessa pesquisa, ainda não estão cientes da convergência as normas e do impacto que essas trazem para a Contabilidade Pública e a gestão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Palavras Chaves: Contabilidade. Contabilidade Pública. Convergência. Gestão Universitária

ABSTRACT

As of 2008, comes the need for fitness in the new standards, which is based on most reliable Accounting information insert. Given these changes, the need arises to check what are the prospects and limitations of the implementation process of the Brazilian Accounting Standards applied to the Public Sector at the State University of Southeast of Bahia. This research enabled the researcher appears because an approximation with the study area, in addition to providing a great knowledge concerning the process of implementing these standards. In this sense emerges answers for the new changes to the standard will bring to the public sector, checking if society as a whole will benefit from these changes and how the process of implementation of the rules on State University of Southeast of Bahia. To respond to the questions the researcher used a qualitative approach. The questionnaire was used as a tool for data collection, in which contained open and closed questions, the information collected was analyzed with explanatory features the explanatory method is the closest with the survey. As space delimitation had the city of Vitória da Conquista-BA in the year 2015, bounded by the STN to late fitness to NBCASP. The results showed that the majority of the professionals involved in this research, they are not yet aware of the standards and the impact that these bring to the public accounting and management of the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

KEYWORDS: Accounting. Public Accounting. Convergence. University Management

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte	20
---------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma	46
------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Sistema de Apropriação de Custo
ASPLAN	Assessoria de Finanças e Planejamento
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DICOP	Diretoria de Contabilidade Pública
FUCAPE	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
GEFIN	Gerência Financeira
GEPLAN	Gerência de Planejamento
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SIAP	Sistema de Administração do Patrimônio
SICSP	Sistema de Custos do Setor Público
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	TEMA	16
1.1.1	SITUAÇÃO Problema	16
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	17
1.2.1	QUESTÃO - PROBLEMA	17
1.2.2	Questões Secundárias	17
1.3	OBJETIVOS	17
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específicos	18
1.4	HIPÓTESE DA PESQUISA	18
1.5	JUSTIFICATIVA	18
1.6	RESUMO METODOLÓGICO	19
1.7	VISÃO GERAL	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	ESTADO DA ARTE	20
2.2	MARCO CONCEITUAL	23
	2.2.1 Administração Pública	23
	2.2.2 Contabilidade Aplicada ao Setor Público	24
	2.2.3 Contabilidade Pública	25
2.3	MARCO TEÓRICO	26
	2.3.1 Contabilidade	26
	2.3.2 Contabilidade Pública	26
	2.3.3 Princípios de Contabilidade Aplicado ao Setor Público	27
	2.3.3.1 Princípio da Entidade	28
	2.3.3.2 Princípio da Continuidade	28
	2.3.3.3 Princípio da Oportunidade	29
	2.3.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original	29
	2.3.3.5 Princípio da Competência	30
	2.3.3.6 Princípio da Prudência	30
	2.3.4 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	31
	2.3.4.1 NBC T 16.1 CFC Resolução 1.128/08 Conceituação, Objeto e campo de Aplicação	31
	2.3.4.2 NBC T 16.2 CFC Resolução 1.129/08 Patrimônio e sistemas Contábeis	32
	2.3.4.3 NBC T 16.3 Resolução CFC 1.130/08 Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque Contábil	32
	2.3.4.4 NBC T 16.4 Resolução CFC 1.131/08 Transações no Setor Público	33
	2.3.4.5 NBC T 16.5 Resolução CFC 1.132/08 Registro Contábil	33
	2.3.4.6 NBC T 16.6 Resolução CFC 1.133/08 Demonstrações Contábeis	34
	2.3.4.7 NBC T 16.7 Resolução CFC 1.134/08 Consolidação das Demonstrações Contábeis	34
	2.3.4.8 NBC T 16.8 Resolução CFC 1.135/08 Controle Interno	35

2.3.4.9 NBC T 16.9 Resolução CFC 1.136/08 Depreciações, Amortização e Exaustão	36
2.3.4.10 NBC T 16.10 Resolução CFC 1.337/08 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	37
2.3.4.11 NBC T 16.11 Resolução CFC 1.366/08 Sistemas de Informações de Custos do Setor Público.....	38
3. METODOLOGIA	40
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	41
3.2 LOCAL DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA	42
4. ANÁLISE DOS DADOS	43
4.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA.....	43
4.2 BENEFÍCIOS QUE A NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO TROUXE PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	47
4.3 POSICIONAMENTO E AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	57

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Contábil ao longo dos anos veio sendo transformada em decorrência das diversas modificações da sociedade como um todo. Denominada a Ciência que tem como principal foco o patrimônio das entidades nos fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão. Nos últimos anos essas mudanças vieram ocorrendo de maneira mais célere, em decorrência da instituição das Normas Internacionais de Contabilidade, através da regulamentação das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, havendo a necessidade de convergência para padrões nacionais, um processo de adaptação do cenário mundial.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresentou em 2008, as primeiras orientações da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em seguida veio a Portaria do Ministério da Fazenda nº184/2008 trazendo diretrizes para o processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira adequada às IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC). Logo após, o Decreto nº 6.976/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estatuiu alguns critérios buscando promover as adequações para a convergência aos padrões internacionais. Após esse momento a Secretaria do Tesouro Nacional junto com o Conselho Federal de Contabilidade apresentou os manuais e normas e estabeleceu que limite para adequação as normas seria até o final do exercício de 2014.

Toda essa mudança requer dos profissionais que atuam com a Contabilidade Pública, uma atualização, uma preparação para entender e lidar com essas normas, para que possa atender os usuários das informações contábeis. Com isso, aumenta a cobrança por informações claras e verdadeiras, por transparência nas informações publicadas, levando os profissionais contábeis a se preparar para tal mudança. Com o advento da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público o enfoque passa a ser patrimonial. Dessa forma os atos e fatos que permutam na Contabilidade Pública deverá ser registrado com o intuito de trazer maior transparência.

Em todo cenário de modificações tem desafios, (Carvalho e Salotti, 2010) alerta que a adoção de um padrão único de se fazer Contabilidade, não é algo simples de ser atingido. O modelo de ordenamento jurídico predominante no país, assim como questões políticas e culturais influenciam e, por vezes, dificulta o processo de convergência”. Assim os profissionais que atuam na Contabilidade Pública devem ficar atentos quanto aos prazos estabelecidos para todo o processo de implementação e buscar a atualização para que possam atender as expectativas da qual a Contabilidade Pública necessita.

1.1 TEMA

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Este trabalho de Monografia destaca as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na qual visa atender profissionais da área contábil e as entidades que recebem recursos públicos. A recepção das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é parte do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, na qual o Brasil adotou em 2008.

Trata-se de um assunto extremamente importante pois, aborda as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Foi realizada uma pesquisa direcionando questionários para os profissionais que atuam na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e que participaram do processo de implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os profissionais entrevistados atuam na cidade de Vitória da Conquista – BA, região sudoeste, campo também que está inserido o pesquisador. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, conta com mais dois campi, sendo um na cidade de Jequié e o outro na cidade de Itapetinga. Esta pesquisa verificou como ocorreu o processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desafios e perspectivas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1.1.1 SITUAÇÃO Problema

A Contabilidade Pública está em processo de convergência, um processo de mudanças e desafios na qual surge a necessidade de adequação. Para a Contabilidade são muitos os caminhos que precisam ser modificados para atingir o objetivo, com isso a Ciência Contábil se modificou para atender as novas demandas. Alguns estudiosos, através do IPSAS elaboraram as Normas Internacionais de Contabilidade que é usada por muitos países, o Brasil passa por esse processo de modificação para se adequar aos demais países e realizar procedimentos contábeis baseado em uma só estrutura.

O Brasil passou a adotar essas normas primeiro no setor privado e posteriormente no setor público, precisamente a partir do ano 2008, quando o Ministério da Fazenda passa a cobrar por meio da portaria 184 de agosto de 2008, a conversão no setor público Brasileiro com as Normas Internacionais de Contabilidade. Com essa adesão o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, passou a elaborar as novas normas para atuação na área pública. Trata-

se das normas técnicas 16, que em primeiro instante foram criadas 10 normas e no ano 2011 foi elaborada mais uma, totalizando 11 normas, sendo que a norma vai de 16.1 até a 16.11.

Esse processo de convergência trata-se de um grande recomeço para a Contabilidade Pública, e envolve gestores e profissionais em seu implemento. Até o ano 2014 todas as entidades devem aderir a esse processo de normatização, e a partir de janeiro de 2015 esse processo deverá ser integral. Com isso surge a necessidade dos profissionais se atualizarem e procurar um aperfeiçoamento sobre o assunto, além, dos entes públicos buscarem investimentos em tecnologia da informação para atender a todo esse processo.

Com isso diante desse momento busca-se saber **quais os Desafios e Perspectivas do Processo de Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?**

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

1.2.1 QUESTÃO - PROBLEMA

De que forma se dá os desafios e perspectivas do processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?

1.2.2 Questões Secundárias

- a) Como se encontra a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?
- b) Quais os benefícios que a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público trouxe para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?
- c) Quais as principais dificuldades e o posicionamento dos profissionais que atuaram no do processo de implementação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Constatar como ocorreu o processo de implementação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar a implementação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;
- b) Analisar quais os benefícios que a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público trouxe para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;
- c) Demonstrar qual o posicionamento e as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuaram no processo de implementação das Norma Brasileira da Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1.4 HIPÓTESE DA PESQUISA

Com a implementação das novas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a instituição ganha uma maior transparência Contábil, além de agregar conhecimento através do processo de inserção por parte dos profissionais que participaram na implementação dessa nova Contabilidade.

1.5 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa apresenta o processo de implementação das novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e mostra a visão que os profissionais envolvidos com a pesquisa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia tem a respeito das normas, e desse momento que a Contabilidade Pública está vivenciando.

O tema estudado mostra-se relevante por se tratar de algo novo, atual, e com isso, surge a necessidade de os profissionais que atuam com a Contabilidade Pública se mostrarem aptos para implementar essas mudanças e implantar a nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A pesquisa ainda revela como foi implementada as NBCASP e aborda o nível de conhecimento dos profissionais que atuaram no processo de Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Este trabalho poderá mostrar para a sociedade quais os principais benefícios, o que se modifica para a Contabilidade Pública nesse processo de implementação, e o que o cidadão ganha com essas novas alterações. Essa pesquisa oferece uma proximidade quanto as Normas e mostra como está sendo desenvolvida o trabalho de adequação dos profissionais. Acompanhar a atualização dessas normas promove um nobre conhecimento, pois, mostra a realidade da prática contábil, que é mundial e cada vez mais sendo adequada aqui no Brasil.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

Esta pesquisa conta com uma abordagem qualitativa. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário, na qual conteve perguntas abertas e fechadas. Foi aplicado aos contadores e demais profissionais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia que atuaram no processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O delineamento dessa pesquisa é de caráter descritivo. A pesquisa também contou com as literaturas consagradas que se fazem nas pesquisas bibliográficas, ainda foram utilizados como parâmetro, outras fontes, como: Web, livros, artigos, revistas e as legislações pertinentes.

1.7 VISÃO GERAL

Esta monografia contém 5 capítulos, o primeiro trata-se da Introdução, o segundo mostra a teoria que se tem sobre o assunto estudado e está separado por Estado da Arte, Marco Conceitual e Marco Teórico. O terceiro capítulo aborda a Metodologia da pesquisa, o quarto capítulo envolve a análise dos dados na qual responde aos objetivos. E por fim o quinto capítulo que é a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTADO DA ARTE

O Estado da arte faz com que o pesquisador mostre que existe estudos próximos ao tema estudado, é uma busca por pesquisas acadêmicas similares.

Nas palavras de Messina (1998, p.01), “Um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando”. A seguir surge um mapa na qual o objetivo é referenciar trabalhos já constituídos sobre o tema ou próximos a proposta em questão.

Quadro 1 – Estado da Arte

(continua)

Tipo	Título	Autor(es)	Ano	Nível	Instituição	Ideia Principal	Link/Lugar	Data de Acesso
Monografia	O processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público às Normas Internacionais: Um estudo dos Profissionais das Entidades Públicas da Região da AMREC em Relação às NBCASP	Camila Pavei Gama	2013	Graduado	UNESC	Verificar o nível de conhecimento dos profissionais de Contabilidade das entidades do Setor Público da região da AMREC em relação as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	http://repositorio.unesc.net/handle/1/2108	11 mar 2016
Artigo	Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) um estudo nas Unidades da Federação do Brasil	Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macedo e Roberto Carlos Klann	2014	Mestres e Doutores	UFRN	Descrever a aderência das Unidades da Federação do Brasil às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente/artic le/view/4249	15 mar 2016

(conclusão)

Tipo	Título	Autor (es)	Ano	Nível	Instituição	Ideia Principal	Link/Lugar	Data de Acesso
Portaria	Portaria nº.184, de 25 de agosto de 2008		2008		Ministério da Fazenda	Apresentar as Diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas e laboração das demonstrações contábeis de a forma a torná-los convergentes as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor público.	http://fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/2008/portaria184	16 mar 2016
Monografia	Normas de Contabilidade e Aplicáveis ao Setor Público: Perspectivas e limitações sob a Ótica dos Profissionais de Contabilidade e do Sudoeste Baiano	Diego Barbosa Duarte	2014	Graduado	UESB	Mostrar se as perspectivas e limitações dos profissionais da área de Contabilidade Pública em relação ao processo de implementação das Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público nos municípios da região sudoeste da Bahia.	http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wp-content/uploads/56-Diego-Barbosa-Duarte.pdf	16 mar 2016

Fonte: Compilação da Internet (2016) – Elaboração Própria.

No quadro 1 foram apresentados 4 trabalhos, sendo 2 monografias, 1 portaria e 1 artigo, onde os autores abordaram a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Estes mostraram-se atuais sendo constituídos nos anos 2008, 2013, 2014 momento em que a lei começa a ser implantada. Estes trabalhos serão utilizados como base para o pesquisador, pela proximidade do tema estudado, mostrando os caminhos a serem percorridos.

2.2 MARCO CONCEITUAL

A Ciência Contábil vem se expandido a todo instante e com isso surge vários campos de aplicação, um deles é a Contabilidade Pública. Esse cada vez mais vem se adequando as novas mudanças para que possa atender seus usuários de maneira fidedigna.

Os autores HADDAD e MOTA (2010, p.61) define Contabilidade Pública sendo:

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de direito financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

Seguindo palavras de Barbosa (2014, p. 21 apud ANDRADE, 2006, p. 29) conceitua a Contabilidade Pública como:

O ramo da Ciência Contábil voltado para o registro, o controle e as demonstrações dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno.

Percebe-se que a Contabilidade está totalmente ligada as entidades públicas, tanto em nível federal, estadual e municipal, além das demais entidades que formam os órgãos públicos, autarquias e empresas públicas por exemplo.

2.2.1 Administração Pública

A Administração Pública é um emaranhado sistema controlado pelo estado, toda a atividade administrativa tem o intuito de atingir o bem comum e logo a sociedade.

Segundo Araújo (2009, p. 4) diz que “A administração pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da

sociedade sejam alcançados”. Esse pensamento abordado por Araújo mostra a preocupação com o bem público, fazendo referência às necessidades da população na qual a administração pública faz parte.

Segundo Graciliano e Fialho (2013, p. 15) complementa que:

Em se tratando da Administração pública, a estrutura do estado, mantida para assegurar direitos e atender as necessidades de indivíduos e coletividades, por meio de obras e serviços de interesse social, deve ser administrado em prol da continuidade desses serviços públicos.

A administração pública é separada por administração direta e indireta, a primeira é composta por órgãos públicos, diretamente relacionados ao poder executivo federal, estadual e municipal. Neste sentido os órgãos respondem pelas atividades administrativas do estado. Já a administração indireta tem como características a personalidade jurídica própria como exemplo temos as autarquias, as empresas públicas, sociedade de economia mista e empresas públicas.

Segundo Barbosa (2013, p. 26 apud ALEXANDRINO e PAULO 2006, p. 19) a administração direta “é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), aos quais a competência para o exercício, de forma centralizada de atividade administrativa”. Neste sentido compete ao poder executivo tomar as devidas decisões em relação a administração direta.

Na administração indireta segundo Kohama (2010, p. 15) “é aquela atividade administrativa, caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada”.

No que diz respeito a administração direta esta segue as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e na administração indireta somente as autarquias por serem controlada pelo direito público, as outras que fazem parte da administração indireta segue o direito privado.

2.2.2 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A contabilidade pública está passando por um grande momento na qual surge novas mudanças e práticas para a Contabilidade Aplicada ao setor Público. Mudanças essas necessárias para melhor gerir a administração do bem público. A priori a União tomou frente em planejar e se adequar a essas novas normas como na modificação de seus sistemas de informações e na preparação do quadro de pessoal.

Logo após, foi a vez do estado que também teve que seguir as mudanças dessa nova contabilidade. Por último segue os municípios onde o prazo final de adequação as novas normas internacionais de contabilidade aplicado ao setor público era até 2014. Antes dessas modificações o Brasil direcionava a contabilidade pública para o orçamento e hoje essas novas mudanças direciona a contabilidade para o patrimônio.

Segundo Barbosa (2014, p. 24 apud MOTA 2009, p. 221)

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, utilizando-se os princípios, critérios, métodos e técnicas da ciência contábil, é responsável pela tarefa de avaliação do patrimônio público e também do acompanhamento da execução orçamentária, registrando as arrecadações de receitas e realizações das despesas.

A primeira norma com padrões internacionais trazida para o Brasil e editada foi a 16.1, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com essa norma buscou-se o foco no patrimônio na qual traz a situação real patrimonial das entidades. Mostra a preocupação também com as demonstrações contábeis, mensuração e avaliação de bens.

2.2.3 Contabilidade Pública

A contabilidade pública é uma extensão da ciência contábil, aplicada as entidades que fazem parte do setor público, tanto da administração direta quanto indireta. Nas palavras de Haddad e Mota (2010, p. 61) “A Contabilidade Pública, utilizando os princípios, os critérios, os métodos e as técnicas da ciência contábil, é responsável pela tarefa de acompanhamento da evolução do patrimônio público”.

A contabilidade pública também tem o dever de controlar, prever, escriturar e interpretar os atos e fatos da gestão pública. Tem como campo de aplicação nos três níveis de governo, na esfera Federal, estadual e municipal assim como no distrito federal, fundações e autarquias.

De acordo com Nascimento e Cherman (2007, p. 85) “O objeto da Contabilidade Pública, assim como da Contabilidade Empresarial, em sentido amplo, é o patrimônio (bens, direitos e obrigações). Afirmação essa que podemos perceber na Resolução CFC nº 1.128/08 NBC T 16.1 que trata de conceituação, objeto e campo de aplicação e diz em seu conteúdo que o objeto é o patrimônio público. A Contabilidade mostrar a importância do controle e ainda orienta sobre os atos e fatos que envolvem um ente público.

2.3 MARCO TEÓRICO

2.3.1 Contabilidade

A contabilidade é a ciência que tem como foco o patrimônio das entidades e com isso a obrigação de fornecer informações fidedignas a seus usuários.

De acordo com Souza e Souza (2013, p 5 apud Iudicibus e Marion 2001, p. 43)

“A contabilidade, do ponto de vista do usuário, é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física, de produtividade especial com relação à entidade objeto de contabilização. Quanto ao seu objeto, a ciência do patrimônio, que evidencia as variações quantitativas e qualitativas do mesmo. Em uma visão macro, ciência que registra e avalia como e quão bem a entidade utilizou os recursos a ela confiados”.

Dessa forma busca-se as informações qualitativas e quantitativas que envolvem a contabilidade nos aspectos de quantificação, registro e análise das ações sofridas pelo patrimônio dos entes públicos.

Por sua vez, o professor Franco (1997, p. 21) explicita:

Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientações necessárias à tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial

Assim a Contabilidade gera informações contínuas que devem ser direcionadas para seus usuários para que possam tomar decisões seguras. Dessa forma terão uma compreensão de como anda a entidade e assim poderão medir o desempenho, os riscos e a evolução do seu negócio.

2.3.2 Contabilidade Pública

A contabilidade pública está passando por um processo de convergência as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. É um processo de integralização com as práticas que já estão sendo aplicadas em outros países mais desenvolvidos.

Nas palavras de Silva (2000, p. 151) descreve que:

A Contabilidade Governamental está intimamente ligada com o regime democrático adotado nos Estados modernos, pois, quando o poder se exerce em nome do povo,

todos os aspectos da Contabilidade encontram ambiente propício para suas elaborações teóricas e para suas implicações práticas.

Todas as modificações que a Contabilidade Pública está passando, se faz necessário para que se adeque aos modelos e práticas mundiais de Contabilidade. A contabilidade Pública é normatizada, pela lei 4.320/1964. A Contabilidade Pública tem o dever de registrar, controlar e demonstrar os atos e fatos que envolve a Administração Pública.

Segundo Nascimento e Cherman (2007, p. 85)

O objeto da Contabilidade Pública, assim como da Contabilidade Empresarial, em sentido amplo, é o patrimônio (bens, direitos e obrigações). Entretanto, a Contabilidade Pública possui diferenças significativas em relação ao enfoque dado ao “objeto”. O objeto da Contabilidade Pública utiliza-se dos conceitos do código civil (Lei nº 10.406/2002).

Com o processo de implementação das novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público fica claro a mudança do objeto Contábil para os entes públicos. Antes do processo de convergências as novas normas, o objeto da contabilidade era orçamentário, agora com a adoção das NBCASP o objeto passa a ser patrimonial.

De acordo com a norma 16.1, Resolução CFC nº 1.128-08, conceitua a contabilidade aplicada ao setor público como: “o ramo da Ciência Contábil que se utiliza dos princípios de contabilidade e das normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades governamental para o processo gerador de informação”. Dessa forma fica transparente que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público se utiliza das normas voltadas ao controle patrimonial.

2.3.3 Princípios de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

No processo de convergência às normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público foi necessário rever se os princípios de contabilidade da Resolução CFC nº 750 de 29 de dezembro de 1993, ainda estavam em conformidade e se poderiam ser aplicados na Contabilidade Pública.

Dessa forma em 2007 o Conselho Federal de Contabilidade realizou estudos direcionados para os princípios de contabilidade e concluiu que também poderiam ser aplicados no setor público. A partir desses estudos o Conselho Federal de contabilidade publicou a Resolução 1.111, de 29 de novembro de 2007, que em seu conteúdo interpreta os princípios de contabilidade para serem aplicados no setor público.

A Resolução CFC n° 750/93, que foi alterada pela Resolução 1.282/10, dispõe sobre os princípios de Contabilidade, e em seus §.1° e 2° diz que:

§ 1° A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2° Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

Dessa forma a aplicação desses princípios se torna uma obrigação para os profissionais da área contábil, principalmente os profissionais que atuam no ramo da contabilidade pública. O art. 3° da Resolução CFC n° 750/93 aponta os princípios para a contabilidade.

- Entidade;
- Continuidade;
- Oportunidade;
- Registro pelo Valor Original;
- Competência; e,
- Prudência.

2.3.3.1 Princípio da Entidade

Art. 4° O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 1993).

O princípio da entidade deixa transparente a autonomia do patrimônio de diferentes entidades. A autonomia do patrimônio é a utilização para o bem social e não para o bem particular.

2.3.3.2 Princípio da Continuidade

Para a contabilidade pública, a continuidade está voltada para o cumprimento da destinação social, até quando perdurar sua finalidade.

“Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007). Pressupõe que a entidade dará continuidade e com isso seu planejamento se faz necessário para períodos futuros, ou seja, um planejamento de longo prazo.

Segundo (Paiva e Neto 2006, p. 21 apud Iudícibus 2004, p. 53) a continuidade é:

As entidades, para efeito de contabilidade, são consideradas como empreendimentos em andamento (going concern), até circunstância esclarecedora em contrário, e seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que têm de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como então... (no estado em que se encontram).

Observa-se que esse princípio tem uma correlação com o princípio da competência ao que se com os fatores que compõem o patrimônio com capacidade de avaliar sua capacidade futura de gerar benefício.

2.3.3.3 Princípio da Oportunidade

O princípio da oportunidade está intimamente ligado com a tempestividade do fato, o registro deverá ser realizado no momento da ocorrência.

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2007).

O princípio da oportunidade é pautado na fidedignidade e integridade dos registros contábeis, nos atos e fatos que possam afetar seu patrimônio. Para atender a esse princípio a contabilidade deve registrar tempestivamente todos os fatos que possam afetar o patrimônio.

2.3.3.4 Princípio do Registro pelo Valor Original

Sob a ótica do setor público, os registros dos atos e fatos que ocorre na contabilidade não pode ser confundido pelo custo histórico, sendo registrado pelo valor original.

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

2.3.3.5 Princípio da Competência

“Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.” (Resolução CFC nº 1.282/2010)

No princípio da competência os eventos são reconhecidos no período que ocorrem, ainda que as transações já tenham sido pagas ou recebidas. “Os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis do exercício financeiro com o qual se relacionam, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas. (Resolução CFC nº 1.111/07).

A contabilidade pública também segue a lei 4.320/64, ao que diz respeito ao regime orçamentário misto. “Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas; II – as despesas nele legalmente empenhadas”.

2.3.3.6 Princípio da Prudência

“Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.” (Resolução CFC nº 1.282/2010)

No princípio da Prudência os ativos e passivos são analisados evitando os aspectos pessoais ou de terceiros apenas observando o maior valor para passivo e menor valor para ativo.

2.3.4 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC publicou as normas que se inicia de 16.1 a 16.11. Essas normas abordam conceito, campo de aplicação, objeto, patrimônio, planejamento, transações no setor público, registro contábil, demonstrações contábeis, controle interno, depreciação, exaustão, amortização, avaliação e mensuração de ativos e passivos e sistemas de informação de custos. Estão adequadas sob as normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS), e voltadas aos padrões de contabilidade do Brasil.

2.3.4.1 NBC T 16.1 CFC Resolução 1.128/08 Conceituação, Objeto e campo de Aplicação

Essa norma foi criada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, trata-se da norma 16.1 na qual foi o pilar sustentador das demais normas que serão tratadas mais adiante. O conteúdo dessa norma é voltado para a contabilidade aplicada ao setor público e trata da mudança e necessidade sobre o patrimônio e controle patrimonial.

De acordo com a Comissão de Estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (NBCASP: CRC Rio Grande do Sul, p. 13)

A presente norma conceitua a contabilidade aplicada ao setor público como o ramo da ciência contábil que se utiliza dos princípios de contabilidade e das normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades governamentais para o processo gerador de informações.

Esta lei deverá ser utilizada por todas as entidades que compõe o setor público, a norma mostra como as pessoas que estão envolvidas com a entidade, sejam elas fundos, órgão públicos, pessoas de direito público ou que possua personalidade jurídica de direito privado, movimentem, guardem, recebam ou gerencie os recursos públicos.

As operações realizadas pela entidade devem ser evidenciadas por todos aqueles setores que administrem, arrecadem receitas, efetue despesas ou gerencie bens pertencentes a administração pública. Ressalta-se que o conceito no que se trata de unidade contábil referente a divisão do patrimônio e agregação no setor público, essas unidades serão divididas em: originária, descentralizada, unificada e consolidada.

Dessa forma a unidade contábil é feita nos seguintes parâmetros: quando registrar os atos e fatos que cercam o patrimônio público, junção das parcelas do patrimônio público e consolidação de entidades que fazem parte do setor público. Essa norma também relaciona a adequação na prestação de contas e ajuda no suporte aos objetivos, toda essa mudança surge

como melhoria na gestão, para que a contabilidade possa através de seus relatórios mostrar a real situação do ente público.

2.3.4.2 NBC T 16.2 CFC Resolução 1.129/08 Patrimônio e sistemas Contábeis

Essa norma traz o conceito de patrimônio público e a estrutura de sistemas contábeis. A norma expõe os elementos patrimoniais e cria critérios para ativo e passivo e os classifica em circulante e não circulante voltando-se para a conversibilidade, exigibilidade e liquidez. A mensuração e evidenciação ganham destaque e dessa forma a administração pública ganha novas práticas e entra em adequação com as novas normas que já estão sendo praticadas em outros países.

De acordo com a Comissão de Estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (NBCASP: CRC Rio Grande do Sul, p. 15)

Objetivo: Definir o patrimônio público e estabelecer quais sistemas contábeis devem permear a máquina pública com vistas a garantir a mensuração correta, a evidenciação adequada e a transparência das ações governamentais, além de integrar os sistemas legais existentes, atendendo, sobretudo, aos preceitos contábeis.

A norma destaca ainda os sistemas contábeis para que sua estrutura possa deixar claro o efeito da informação contábil, registro, avaliação, evidenciação e controle nos atos e fatos que fazem a gestão patrimonial do ente público. Com a chegada da norma ganha-se uma nova forma de registro pois, os sistemas contábeis que antes eram orçamentários, patrimonial, financeiro e de compensação agora passou a ser orçamentário, patrimonial, compensação e custos.

Dessa forma um novo sistema é criado, trata-se do sistema de custos, já o sistema financeiro passou a ser incorporado com o patrimonial. Dessa forma o gasto público será melhor detalhado. Toda essa inovação surge para realizar a melhor forma de gerir e controlar os recursos públicos.

2.3.4.3 NBC T 16.3 Resolução CFC 1.130/08 Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque Contábil

A partir de 2013 com efeito de obrigatoriedade esta norma estabelece o controle contábil e planejamento nas entidades do setor público. As principais regras a ser definida são voltadas para os planos estratégicos referente a PPA, LDO e LOA.

A Comissão de Estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (NBCASP: CRC Rio Grande do Sul, p. 18. Fomenta que: “Objetivo: Estabelecer bases para o controle contábil

do planejamento desenvolvido pelas entidades do setor público, expresso em seus planos hierarquicamente interligados”.

O plano plurianual (PPA) define suas metas para um período de 4 anos; A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define e orienta sobre os orçamentos anuais e a Lei Orçamentária Anual (LOA) define metas financeiras e ações objetivas da administração pública para o exercício anual. Dessa forma a gestão pode fazer um melhor acompanhamento das ações da administração pública. Com o advento desta norma, a contabilidade aplicada ao setor público pode comparar as metas programadas com as que se foi possível realizar em anos anteriores.

2.3.4.4 NBC T 16.4 Resolução CFC 1.131/08 Transações no Setor Público

De acordo com as NBCASP norma 16.4, p. 16, esta norma estabelece:

Transações no setor público: Atos e os fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, as quais são objeto de registro contábil em estrita observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As modificações ocorridas no patrimônio público são classificadas em econômico financeira e administrativa. Essas variações promovem alterações nas entidades voltadas para o patrimônio público.

Como econômico financeira aquelas que afetam o patrimônio e como administrativas o objetivo é o cumprimento das metas programadas para manter regulares as atividades do setor público. Como variações quantitativas temos aquelas que aumentam ou diminuem o patrimônio público e como qualitativas aquelas que modificam os elementos patrimoniais. Essa norma propõe maior transparência dos atos e fatos administrativos nas entidades do setor público.

2.3.4.5 NBC T 16.5 Resolução CFC 1.132/08 Registro Contábil

Essa norma apresenta o registro na contabilidade das ações do setor público. Os critérios estabelecidos para o registro contábil nos atos e fatos que possam vir afetar o patrimônio dos entes públicos, ainda tratam da estrutura do plano de contas e a escrituração contábil eletrônica.

De acordo com as NBCASP norma 16.5, p. 19, na formalidade do registro Contábil as: “entidades do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por

meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações”.

A mesma norma ainda expõe características da informação contábil como: compreensibilidade, confiabilidade, comparabilidade, fidedignidade, confidencialidade, imparcialidade, objetividade, integridade, representatividade, tempestividade, utilidade, uniformidade, visibilidade e verificabilidade. São pontos importantes no registro da informação contábil além da segurança nas ações dos gestores e demais usuários da informação contábil.

O registro contábil tem que ser registrado no momento da ocorrência, ainda indica a mensuração e avaliação como destaque patrimonial.

2.3.4.6 NBC T 16.6 Resolução CFC 1.133/08 Demonstrações Contábeis

Esta norma define as demonstrações contábeis elaboradas e divulgadas pelos entes do setor público. A Lei 4.320 de 1964 já estabelecia o uso das demonstrações contábeis, porém, essa já não estava mais em conformidade com as mudanças que a contabilidade sofreu ao longo dos anos.

Além das demonstrações contábeis essa nova lei também traz conceitos de ativos e passivos, circulante, conversibilidade, designações genéricas, demonstrações contábeis, exigibilidade, método direto, método indireto, não circulante e versões simplificadas. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público traz como demonstrações o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrações do Fluxo de Caixa e Demonstrações do Resultado Econômico.

Toda a demonstração contábil deve conter anexos e deve ser acompanhado por notas explicativas, identificação da entidade e valores que correspondem aos exercícios anterior. Quando publicadas as demonstrações contábeis pode vir a ser apresentada em valor monetário em unidade de milhar ou em unidade de milhão. A sociedade ganha muito com essa norma, pois, as demonstrações contábeis devem ser publicadas em conformidade com a lei e prestando contas sobre os recursos públicos utilizados por cada ente.

2.3.4.7 NBC T 16.7 Resolução CFC 1.134/08 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Esta norma traz conceitos e abrange procedimentos para consolidar as demonstrações contábeis do setor público.

Para efeito dessa norma as NBCASP 16.7, p. 30 diz que:

Consolidação das Demonstrações Contábeis: o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada.

Dependência orçamentária: quando uma entidade do setor público necessita de recursos orçamentários de outra entidade para financiar a manutenção de suas atividades, desde que não represente aumento de participação acionária.

Dependência regimental: quando uma entidade do setor público não dependente orçamentariamente esteja regimentalmente vinculada a outra entidade.

Relação de dependência: a que ocorre quando há dependência orçamentária ou regimental entre as entidades do setor público.

Unidade Contábil Consolidada: a soma ou a agregação de saldos ou grupos de contas de duas ou mais unidades contábeis originárias, excluídas as transações entre elas.

O patrimônio das entidades estatais deverá ser reconhecido nas demonstrações sendo contemplado por notas explicativas as quais deve ser identificadas, conter características das entidades públicas, os procedimentos que foram utilizados na consolidação, razões de não avaliação de entidades quando for o caso, natureza e ajustes de montantes efetuados e evento relevante pós-data de encerramento do exercício.

O objetivo da consolidação é o foco no resultado e a instrumentalização do controle social para que possa ser apresentado aos usuários. Contribui para as imagens das contas públicas que passa a ser mais transparente mostrando uma preocupação com o erário público. Dessa forma a norma mostra os ajustes a serem feitos, a abrangência, e os valores a serem eliminados acompanhados de notas explicativas para que a informação fique mais relevante.

2.3.4.8 NBC T 16.8 Resolução CFC 1.135/08 Controle Interno

Essa norma traz referências para o controle interno dando suporte aos sistemas de informação contábil com o intuito de reduzir os riscos e tornar efetivas as informações produzidas pela contabilidade. O controle interno compreende uma série de fatores dentre os quais, está o conjunto de recursos, procedimentos, métodos e processos adotados pelo ente público.

As principais finalidades para o controle interno segundo as NBCASP, norma 16.8, p. 33, define:

Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;

- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Pelo que se verifica a principal finalidade é comprovar os atos e fatos que alteraram o patrimônio, o controle interno deverá ser aplicado por todos os setores que compõe a entidade pública. Sua estruturação deve conter mapeamento e avaliação de riscos, informação, comunicação, procedimentos de controle e monitoramento.

2.3.4.9 NBC T 16.9 Resolução CFC 1.136/08 Depreciações, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização e exaustão já vêm sendo utilizada na contabilidade dos setores privados demonstrando a situação dos bens patrimoniais. Para registro dessas, devem ser elencados os seguintes aspectos: obrigatoriedade do seu reconhecimento, valor reconhecido da parcela independente da variação orçamentária e situações que podem influenciar o registro.

A depreciação é a redução monetária de um bem pelo desgaste ou pela inutilidade. A amortização é a redução do valor de posse de direitos e de propriedade, ativos intangíveis, e a exaustão é a redução do valor dos recursos oriundos da exploração florestais, minerais e outros naturais de fonte esgotáveis.

Para efeito dessa norma, as NBCASP, norma 16.9, p. 36, diz que:

Amortização: a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Depreciação: a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Exaustão: a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

Valor bruto contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Valor depreciável, amortizável e exaurível: o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual.

Valor líquido contábil: o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Valor residual: o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Vida útil econômica: o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

A depreciação, amortização e exaustão apurados mensalmente deverá ter seu valor reconhecido nas variações patrimoniais no exercício. O valor residual de um ativo deve ser revisado em cada exercício e os métodos utilizados devem ser compatíveis com a vida útil econômica do bem.

Os principais métodos utilizados são o método linear, método das unidades produzidas e método dos saldos decrescentes. Nas demonstrações contábeis deve conter as notas explicativas, o método utilizado, valor contábil bruto e a taxa utilizada sobre a depreciação, amortização e exaustão acumuladas sobre o período. A administração pública deve adotar bases confiáveis para o cálculo e que estejam em conformidade com as leis.

2.3.4.10 NBC T 16.10 Resolução CFC 1.337/08 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Essa norma fundamenta acerca do método a ser utilizado na avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público. Na prática é necessário que o profissional conheça as normas, conceitos e regras preestabelecidas para que se possa fazer a realização de um controle patrimonial correto. Nas entidades privadas esses métodos já estão sendo utilizadas de acordo com as necessidades da área privada.

Com o advento de normas voltadas para o setor público, mas, que se tratam da mesma prática, traz uma uniformidade na apresentação de avaliação e mensuração. Essa norma objetiva garantir que se possa expressar a situação patrimonial da entidade pública, que o seu patrimônio pautado em bens, direitos e obrigações de fato venha a ser evidenciado nas demonstrações contábeis.

Segundo o MCASP Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, versão 6º, a avaliação deve ser pautada no princípio da oportunidade, além, de reconhecer os fatos contábeis no período em que ele acontece, sendo realizado com a certeza de sua ocorrência. Os critérios sobre o reflexo patrimonial podem ser entendidos através de seus conceitos onde se define: avaliação patrimonial, redução ao valor recuperável, mensuração, valor justo, conhecendo estes quatro conceitos faz com que os itens que formam o balanço patrimonial mostrem o seu valor justo, valor de mercado.

Dessa forma se pode analisar o patrimônio das entidades públicas através do balanço patrimonial podendo analisar quanto vale no mercado o patrimônio público. Também é preciso conhecer outros conceitos dos quais a norma determina como forma de avaliação dos elementos patrimoniais: reavaliação, influência significativa, redução ao valor recuperável, valor líquido

contábil, valor da aquisição, valor realizável líquido, valor bruto contábil, valor recuperável e perda por desvalorização. Para os elementos patrimoniais a norma criou critérios para cada um desses grupos: créditos e dívidas, investimentos permanentes, intangível, diferido, disponibilidades, estoques e imobilizado.

2.3.4.11 NBC T 16.11 Resolução CFC 1.366/08 Sistemas de Informações de Custos do Setor Público

Esta norma traz em seu conteúdo características e definições de evidenciar as informações de custos. As informações estão voltadas para implementação e integração dos subsistemas de custos, método de apuração de custos, além, da obrigatoriedade e responsabilidade nas informações. Com esse subsistema é necessário realizar o processamento, registro e evidenciação do custo do bem na entidade.

O objeto do custo são os serviços, programas, produtos, ações e atividades na mensuração como forma de avaliação de custos. Os subsistemas utilizados serão o orçamentário e Patrimonial. Diante disso a norma traz o SICSP Sistema de Informação de Custos da Entidade Pública e sua estruturação: Sistemas de acumulação de custos, predeterminação de custos e método de custeio. O sistema de acumulação é dividido por ordem de serviço e por forma contínua, o primeiro trata de acumulação por serviço demandado e o segundo sobre serviço de caráter continuado.

De acordo com a NBCASP norma 16.11, p. 46 diz que:

O SICSP registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública.

O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos tem por objetivo:

- (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
- (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
- (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
- (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;
- (e) apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

Sobre tudo essa norma trata de atributos da informação de custos e evidenciação da informação com a necessidade de que o ente público evidencie e apresente as notas explicativas com o objeto do custo.

3. METODOLOGIA

Para que um trabalho se torne científico, é necessário que ele possua metodologia. A metodologia é o caminho na qual o pesquisador vai dirigir sua pesquisa. Para responder aos questionamentos proposto neste trabalho o pesquisador adotou uma metodologia qualitativa. Neste tipo de abordagem o pesquisador busca responder o porquê dos questionamentos, dessa forma não considera expressões numéricas, portanto não quantifica valores.

Podemos verificar a abordagem qualitativa na seguinte passagem:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações Gerhardt e Silveira 2009, p. 32 (apud DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Dessa forma a pesquisa qualitativa busca o entendimento das coisas, do fato como elas acontecem. Entretanto a pesquisa qualitativa tem algumas limitações, como: confiança no investigador como coleta de dados, controle de influência sobre o objeto estudado e falta de informações fidedignas.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. Gerhardt e Silveira 2009, p. 31 (apud GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Dessa forma a pesquisa qualitativa enfatiza o subjetivo de forma a compreender e interpretar as experiências e ações que ocorrem no objeto estudado. Para Godoy (1995) “aborda a pesquisa qualitativa de forma semelhante enfatizando também a perspectiva integrada, em que o pesquisador vai a campo objetivando captar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas”. Dessa forma o pesquisador depende das pessoas envolvidas no objeto pesquisado e após a coleta de dados analisa as ações empíricas que ocorreram.

A pesquisa qualitativa é marcada quanto ao método utilizado, para Nevez, 1996, p.1 (apud Godoy, 1995^a, p 62)

Ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa deste tipo, a saber: 1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;

- 2) o caráter descritivo;
- 3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- 4) enfoque indutivo.

A pesquisa realizada tem características exploratória e descritiva, por ter em sua abordagem a que mais se aproxima com o tema estudado, em palavras de Gil (1996, p. 45), “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

A pesquisa também possui características do levantamento (*survey*), em palavras de Gil (1996, p. 56) este tipo de pesquisa, “caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Para análise dos dados da pesquisa, foi utilizada a abordagem fenomenológica, que, segundo Barbosa, 2014, p. 57 (apud Martins e Theóphilo 2009, p. 44), “é a busca do conhecimento a partir da descrição das experiências como estas estão sendo vividas, não havendo separação entre sujeito e objeto”. Considerando-se que o trabalho pretendeu avaliar as perspectivas dos profissionais com real ação as novas normas, esse método foi escolhido por ser um dos que possibilitou realizar um estudo a partir da experiência dos entrevistados.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para essa pesquisa direcionamos 8 questionários para os setores que deveriam ter implantado temas importantes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. As normas estão divididas em 11 temas, de números de 16.1 a 16.11, que versam sobre: conceituação, objeto e campo de aplicação, patrimônio e sistemas contábeis, planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil, transações no setor público, registro contábil, demonstrações contábeis, consolidação das demonstrações contábeis, controle interno, depreciação, amortização e exaustão, avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público e por último sistema de informação de custos do setor público.

Preparamos um questionário que está direcionado para os gerentes, contadores e profissionais que atuam nos setores relacionados com a contabilidade pública: Assessoria de Finanças e Planejamento - ASPLAN, Gerência de Planejamento - GEPLAN, Gerência de Recursos Humanos - GRH e Gerência Financeira – GEFIN, da Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia campus de Vitória da conquista. Destes apenas 1 foi respondido, enquanto os demais foram devolvidos, sob alegação de que eles desconheciam as normas e não estavam aptos para responder.

A escolha das pessoas para aplicação dos questionários levou em consideração a relação do tema da pesquisa e os setores que atuam com as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Outro objetivo desse trabalho é identificar se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está implantando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e como ocorreu esse processo de implementação. O trabalho não busca quantificar valores e objetiva apenas responder aos questionamentos sobre a implantação da norma. Com as respostas descritas pela profissional que é contadora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, assessora contábil e professora de língua portuguesa na prefeitura municipal de Poções – BA, tornou-se possível responder aos questionamentos de que tratam os objetivos da pesquisa.

3.2 LOCAL DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está localizada na cidade de Vitória da Conquista – BA, e possui mais dois campi, sendo um na cidade de Jequié - BA, importante polo de serviços que possui uma população de mais de 145. 964 habitantes. E o outro na cidade de Itapetinga – BA, cidade que tem uma economia voltada para a área pastoril e uma população com cerca de 63.243 habitantes.

O surgimento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia se deu na década de 50 a partir da política de interiorização do ensino superior e do plano integral de educação do governo estadual, em 1969. A cidade de Vitória da Conquista é uma das cidades que mais cresce na Bahia, com grande destaque no setor de serviços. A Universidade possui um variado leque de cursos de nível superior e excelência na qualidade de ensino, com isso atrai estudantes das diversas regiões do Brasil.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Esse tópico visa atender ao primeiro objetivo que busca verificar a implementação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Esse ponto será identificado através das respostas obtidas pelo questionário.

A respondente que é formada em Ciências Contábeis, e ocupa o cargo de Contadora na Gerencia Financeira – GEFIN foi a única respondente do questionário. Ela é contadora com especialização em Gestão Pública, Especialista em Língua Portuguesa, Especialista em Direitos Humanos e Democracia e Mestre em Ciências Contábeis.

A respondente, acaba de retornar do mestrado na FUCAPE - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, e sua dissertação será incorporada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco como forma de auditoria. A dissertação versa sobre: a adoção das NBCASP e MCASP.

Dessa forma verifica que a profissional conhece as normas em sua totalidade, e com isso contribuiu nesse processo de implementação das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para que esse objetivo fosse respondido foi feito algumas perguntas sobre as normas, tais perguntas mostram a realidade e o efeito dessa norma na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

No questionário foi realizado uma pergunta na qual verifica: “A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia segue algum plano estratégico para adequação as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP”. Nas palavras da respondente: “Não, até o encerramento de 2015 as Demonstrações Contábeis e os procedimentos Contábeis foram elaborados seguindo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 5º edição. Para 2016 está se pensando na reestruturação dos padrões adotados”.

Dessa forma verifica-se que apesar de não ter um plano estratégico próprio, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está em conformidade com as normas, pois, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, é voltado para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, onde renova o objeto da contabilidade, o patrimônio, e tem em seu conteúdo a vigência da legislação nacional e os princípios norteadores da Ciência Contábil.

Outra pergunta foi feita buscando esclarecer a esse objetivo, na qual buscou saber se a “Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia compre algum cronograma de implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público”. A respondente afirmou que: “A Universidade não possui um calendário próprio, porém, todas as mudanças vêm sendo incorporadas seguindo os prazos estabelecidos pela portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN”.

Dessa forma verifica que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia procurou seguir o cronograma exigido pela Secretaria do tesouro Nacional – STN, portaria 439 de 12 de julho de 2012. Na qual esse cronograma define as ações que devem ser seguidas para adequação as essas novas normas.

Uma outra questão levantada através do questionário procurou saber se “A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia utilizava novos sistemas e se os profissionais que trabalharam direto com as normas tinham passado por algum treinamento”. Segundo a respondente: “Como em todos os órgãos públicos a adoção das NBCASP vem sendo feita de forma gradual e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia vem tentando estabelecer parâmetros para que essa adequação ocorra na sua integralidade.

A Universidade, acaba de receber em retorno profissionais da área contábil que concluíram o mestrado em contabilidade na FUCAPE – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Instituição que fica localizada no estado do Espírito Santo sendo uma das mais conceituadas do Brasil. Dessa forma verificamos que os profissionais formados em Ciências Contábeis atuantes na UESB, estão se preparando e dando um retorno para a instituição, porém, nem todos os setores conta com profissionais qualificados que conhecem as normas em sua totalidade ou que atuam na área Contábil, situação verificada com a devolução dos questionários em função do desconhecimento as normas.

O questionário ainda conta com perguntas mais específicas, na qual verifica com precisão se as práticas utilizadas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia estavam de acordo com as normas. Dentre as quais seguindo a Resolução CFC 1.132/08 – que aprovou a NBC T 16.5 Registro Contábil. Nesta pergunta buscou saber se o setor de Almoxarifado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia registra as movimentações dos Estoques e como é feita a contabilização.

A respondente afirmou que: “Mensalmente são fornecidos pelo setor de Almoxarifado/Patrimônios, relatórios da movimentação dos bens moveis e de consumo para que sejam lançados no sistema contábil promovendo a devida conciliação entre os mesmos”.

Dessa forma a pratica utilizada está em conformidade com as normas, todos os atos e fatos que afetam o patrimônio público devem ser registrados no período em que acontece.

Uma outra questão segundo a Resolução CFC nº 1.129/08 – aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e sistemas contábeis. Neste sentido a pergunta buscou saber se o setor de patrimônio realizou uma reavaliação patrimonial após a norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em palavras da respondente: “Todos os anos são nomeados comissão para reavaliação dos bens patrimoniais, contudo os servidores que atuam nessa área ainda possuem pouco conhecimento do disposto na NBCASP”. Dessa forma, fica claro que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está procurando se adequar as normas, porém, a grande dificuldade é contar com profissionais que desconhecem as normas.

Um outro ponto importante e questionado foi quanto a Resolução CFC nº 1.136/08 – aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Buscou saber se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia realizou após a norma: (depreciação, amortização e exaustão de bens). Em palavras da respondente: “Sim, periodicamente o setor de patrimônio fornece informações para o estado e o mesmo realiza as depreciações através do sistema SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio, um sistema da Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB.

O questionário também procurou abordar questões sobre o setor de Recursos Humanos da Universidade, com a pergunta, procurou saber se a Instituição faz provisão de Folha de Pagamento. Em palavras da respondente: “Sim, as provisões da folha de pagamento são feitas diretamente pela SEFAZ/DICOP – Secretaria da Fazenda/Diretoria de Contabilidade Pública, a partir de informações fornecidas pelo setor de Recursos Humanos da UESB. Os pagamentos são feitos pelo Estado e a Contabilidade da UESB, faz apenas a regularização do mesmo sistema”.

Dessa forma a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atende mais um ponto trazido pela norma, pois, mostra a integração da Universidade com os sistemas utilizados pelo Estado da Bahia, na comprovação dos atos e fatos que ocorrem no período.

Um outro ponto questionado na Universidade, e que a norma deixa claro, é sobre o “Sistema de Custos”. A pergunta procurou saber se o Setor de Contabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, já implementou esse sistema. Em palavras da respondente: “Não implementou. Todos os sistemas utilizados pela UESB são implementados pelo Estado, e há uma proposta de implementação do ACP - Sistema de Apropriação de Custo da SEFAZ, contudo ainda não está sendo utilizado”. Dessa forma fica claro que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, segue o calendário de ações do Estado.

Um ponto importante questionado fez referência sobre, a mensuração e evidenciação de obrigações e provisões por competência. Nas palavras da respondente: “Os procedimentos Contábeis Patrimoniais ainda não estão sendo adotados em sua totalidade. A UESB, assim como todos os órgãos públicos, está aumentando seus esforços para a adoção dos mesmos nos prazos estabelecidos pela portaria STN 548 de 24 de setembro de 2015.

A portaria STN 548 de 24 de setembro de 2015 faz referência, a procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União. Essa portaria considera a necessidade de elaboração do Balanço Nacional previsto no inciso VII do art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008.

Dessa forma a Universidade segue o Art. 1º. Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Por último foi perguntado, qual a avaliação que você faz deste processo de implantação da nova contabilidade. Em palavras da respondente: “É um processo necessário para inserção do nosso país no cenário contábil global. As mudanças propostas por esse modelo trazem muito ganho informacional, melhora a qualidade da informação fornecidas aos diversos usuário da contabilidade, auxilia na tomada tempestiva de decisões e espera-se que seja instrumento de controle social e inibidor de corrupção”.

Todas essas respostas mostram o nível de conhecimento dessa profissional, que conhece as normas em sua totalidade e procurou aplicar de forma correta. Foram abordadas questões importantes desse processo de implementação das novas normas. Com o grande número de questionários devolvidos, fica claro que nem todos os profissionais que atuam nos setores onde a pesquisa foi feita estão cientes da aplicação da norma. Verificando o organograma desses setores foi verificado a integração dos mesmos e por isso a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia conta com apenas um Contador para responder aos atos e fatos ocorridos na contabilidade da Instituição.

4.2 BENEFÍCIOS QUE A NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO TROUXE PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

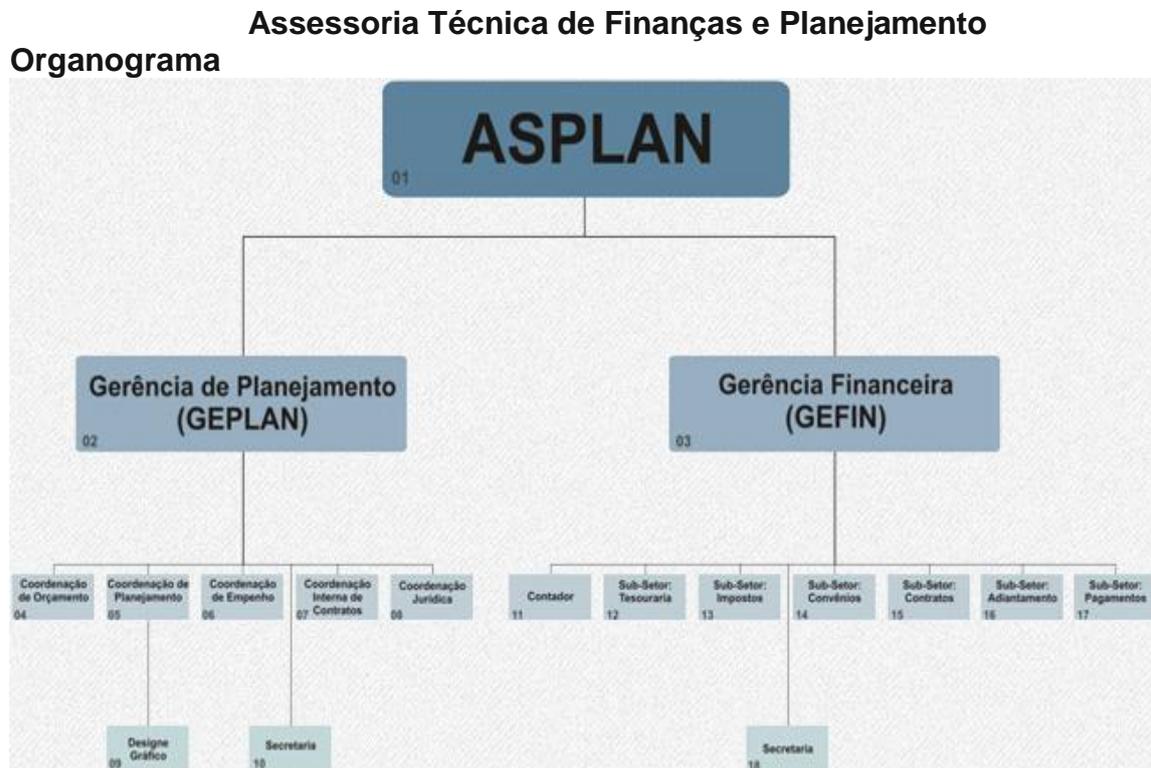
Buscando responder ao segundo objetivo, com o intuito de analisar os benefícios que a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público trouxe para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, verificou-se que para atender as novas normas não é necessário somente adotar e aplicar a legislação. Outros processos são necessários e importantes para a manutenção dessas normas, durante a aplicação do questionário o pesquisador sofreu com a resistência de alguns funcionários em não responderem as indagações na qual o questionário tratava.

Apesar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está em conformidade com as novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ficou evidenciado que isso se deu pelo fato de ter a frente dos setores analisados na pesquisa, uma profissional Contabilista com qualificação para implementar essas novas normas. Os setores na qual os questionários foram direcionados são: Assessoria de Finanças e Planejamento - ASPLAN, Gerência de Planejamento - GEPLAN, Gerência de Recursos Humanos - GRH e Gerência Financeira – GEFIN, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus de Vitória da conquista.

O questionário foi entregue em mãos aos profissionais que são concursados na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e ocupam cargos de Analista Técnico ou Gerência nos setores mencionados acima. Foram aplicados 8 questionários divididos da seguinte forma: 1 na Assessoria de Finanças e Planejamento, 2 na Gerência de Planejamento, 1 na Gerência de Recursos Humanos e 4 na Gerência Financeira. Destes apenas 1 foi respondido, se trata da Contadora que atua na Gerência Financeira, profissional que atua envolvida nos setores pesquisados.

A atuação dessa profissional pode ser verificada no organograma abaixo especificado, quadro 2, retirado do site da Assessoria de Finanças e Planejamento. No momento da entrega dos questionários, 3 dos respondentes aceitaram levar o questionário para análise e 4 devolveram os questionários no ato da entrega, sob alegação de que não tinham conhecimento sobre as normas, e que a contadora era a pessoa melhor gabaritada para responder, já que a pesquisa versa sobre Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Figura 1 - Organograma dos Setores envolvidos na Pesquisa



Fonte: Organograma Asplan 2016

Seguindo o organograma verifica-se que o Contador faz parte da Assessoria de Finanças e Planejamento, departamento que engloba a Gerência Financeira e os demais Subsetores como: subsector tesouraria, subsector impostos, subsector convênios, subsector, contratos, subsector adiantamento e subsector pagamentos.

Na Gerência Financeira foram enviados 3 questionários, direcionados para os profissionais que atuam na Tesouraria e Gerência, todos devolvidos no ato da entrega, sob alegação de que desconheciam as normas e que apenas a Contadora poderia contribuir nas respostas. Dessa forma ficou evidenciado que o setor de Contabilidade aplica as normas, e os demais funcionários que deveriam estar envolvidos nesse processo de implementação não conhece as normas. Dos respondentes que atuam na Gerência financeira, verificou-se que são profissionais graduados, porém, as graduações são em áreas afins e opostas a Contabilidade, como: geografia e Administração, dessa forma esses profissionais não se envolveram no processo de implementação das normas. Alegaram também que atuavam apenas com sistemas no processo de lançamentos contábeis ou acompanhamento dos atos e fatos contábeis, e em momento algum se inseriram no processo de implementação das NBCASP.

Já no setor de Gerência de Planejamento e Assessoria de Finanças e Planejamento os respondentes possuem graduação em áreas como: Administração e Economia, mas, alegaram que não estavam aptos a responder o questionário e que também desconheciam as normas, dessa forma os questionários foram devolvidos sem respostas.

No setor de Recursos Humanos o respondente também alegou desconhecimento as normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o respondente afirmou que não estava apto a responder e que não conhecia as normas. Com essa pesquisa ficou evidenciado que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, possui em seu quadro de funcionários poucos Contadores, assim, qualquer processo que venha tratar sobre Contabilidade terá uma grande dificuldade de envolvimento destes profissionais. Como podemos verificar, a maior dificuldade é a falta de profissionais graduados em Ciências Contábeis e com qualificação para atuar no setor público.

4.3 POSICIONAMENTO E AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Com o grande momento de mudanças voltado para o processo de convergência as novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, vai sempre haver limitações, dificuldades que atrasam o desenvolvimento, mas, que é comum a toda mudança. Nesse estudo não teria como ser diferente, por isso buscando responder ao terceiro objetivo deste trabalho, que trata de investigar o posicionamento e as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais envolvidos no processo de implementação das novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A maior dificuldade dessa pesquisa, foi que os profissionais que deveriam estar envolvidos no processo de implementação, não têm noção do que seja esse momento de mudança da Contabilidade Pública, porém, ainda não estão conscientizados da importância desse processo. Dessa forma, deixam a cargo de profissionais, como os contabilistas, todo o processo de implementação das novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ficou evidenciado a falta de profissionais qualificados, falta de informação dos gestores sobre esse processo de convergência as novas normas, qualificação dos profissionais que atuam nos setores envolvidos no processo de implementação e a cultura de não se atualizarem esperando sempre a cobrança por parte do Estado.

A Contabilidade não trabalha sozinha, e apenas a qualificação desse profissional não é necessário para que a Universidade esteja totalmente integrada no processo de convergência as normas. É necessário o total apoio dos gestores, qualificação e treinamento dos profissionais que atuam com Tesouraria, Planejamento, Finanças, Recursos Humanos, entre outros setores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Dessa forma a uma sobrecarga no setor de Contabilidade, sendo que esse processo deveria ser integralizado por todos.

Segue um quadro comparativo com os objetivos proposto e o resultado da pesquisa.

Quadro 3 – Objetivos proposto e Resultados Obtidos com a Pesquisa

(continua)

PROPOSTO	ALCANÇADO
Questão - Problema/Objetivo Geral	
<p>Verificar os Desafios e Perspectivas do Processo de Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia?</p>	<p>Ficou evidenciado que apenas o setor de Contabilidade está em conformidade com as novas normas e com isso está se adequando ao processo de convergência. Porém, os demais profissionais que deveriam estar envolvidos nesse processo não foram ainda alertados da importância dessas modificações. Com isso não estão aptos a opinarem sobre o processo de convergência as novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.</p>
Hipótese da Pesquisa	
<p>A implementação das novas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público traz uma maior transparência Contábil para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, além de agregar conhecimento para a instituição por parte dos profissionais que participaram do processo de implementação dessa nova Contabilidade.</p>	<p>A hipótese foi negada em parte, já que os profissionais que deveriam atuar nesse processo de implementação, desconhecem as normas e não estão aptos a implementá-las. Neste caso, apenas os setores de contabilidade conhecem as normas, mas, isso não as torna transparente em todo o processo, e nem em torno da sociedade, que deveria ser beneficiada, pois, as novas normas vieram para auxiliar no controle do erário público e com isso trazer benefícios para a sociedade.</p>

(conclusão)

PROPOSTO	ALCANÇADO
Questões secundárias/Objetivos específicos	
1. Como se encontra a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	O processo de implementação está em conformidade, pois, a contabilidade está adequada com as normas, porém, nem todos os profissionais estão cientes da importância desse processo de convergência, isso dificultou a implementação, pois, apenas o setor de Contabilidade conhece as normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
2. Quais os benefícios que a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público trouxe para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Transparência ao erário público, celeridade dos atos e fatos contábeis e controle dos gastos públicos.
3. Posicionamento e as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais que estão envolvidos no processo de Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.	Os profissionais que atuam nos setores pesquisados ASPLAN, GEPLAN, GEFIN e GRH ainda não estão aptos para opinarem sobre a norma. Ficou evidenciado a falta de conhecimento sobre as NBCASP e dessa forma não houve participação desses profissionais no processo de implementação. Apenas o setor contábil está em conformidade com as normas.

Fonte: Organização própria (2016).

Com essa pesquisa foi possível perceber que as maiores dificuldades no processo de implementação das NBCASP na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, estão ligadas a falta de profissional da área Contábil. Constatou-se que é necessário alertar a equipe sobre a implementação das novas normas e com isso investir em treinamentos, as normas são amplas e de difícil compreensão, ainda mais para esses profissionais que não são Contabilistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito dessa pesquisa foi verificar o processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público seus desafios e perspectivas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O processo de implementação é um momento de mudanças, de adequação ao novo cenário de convergência as normas contábeis para os entes públicos.

As novas normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público mudaram muitos paradigmas para a contabilidade pública, além, de apresentar novas práticas contábeis para esse processo de convergência. A norma estabeleceu um novo objetivo em substituição aos modelos antes utilizados, que centralizava a execução orçamentaria. O novo modelo determina que a Contabilidade agora tem por objetivo o foco no patrimônio público. Nesse contexto o pesquisador se deparou com problemas de pesquisa. As práticas contábeis foram modificadas e com isso traz dificuldade para os profissionais da área contábil, imagina inserir nesses processos profissionais que não são da área.

Os resultados mostraram, que a maioria dos profissionais que trabalham diretamente nos setores onde as normas estão voltadas, ainda não estão cientes da importância desse processo de convergência. Essas dificuldades estão atreladas a falta de profissionais qualificados para atuar com a Contabilidade Pública, sendo necessário para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, alertar esses profissionais sobre o processo de convergência e com isso investir no treinamento para os mesmos.

Vele ressaltar que as normas estão sendo implantadas pelo setor contábil e isso implica em mudanças favoráveis para a melhoria dos registros contábeis, transparência dos atos e fatos que ocorrem na contabilidade, além, da obrigação de prestar contas. Trata-se de um novo cenário para a Contabilidade Pública Brasileira, que tenta se adequar a esse novo momento e esbarra na falta de profissionais preparados que poderiam colaborar ainda mais com esse processo de convergência.

Essa pesquisa aproximou o pesquisador ao tema em estudo, agregando conhecimento com relação a Contabilidade Aplicada ao Setor Público e mostrando as dificuldades encontradas num processo de adequação as normas. Além, de saber que o campo da Contabilidade Pública necessita de profissionais qualificados para atuação. Como limitações dessa pesquisa foi evidenciado a dificuldade dos profissionais envolvidos em responder ao questionário.

O objetivo desse trabalho foi alcançado já que a proposta era a de investigar os desafios e perspectivas do processo de implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade

Aplicada ao Setor Público na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e com isso foram mostradas as principais dificuldades e a carência que a Universidade tem, em contar com profissionais qualificados ou da área Contábil.

Espera-se que essa pesquisa tenha contribuído com informações necessárias para profissionais, estudantes, sociedade e demais usuários da informação contábil, esse trabalho servirá de consulta e aprendizado sobre a Contabilidade Pública. Como expansão desse tema fica a dica de estudo voltado para investigar o processo de inclusão de profissionais que não são da área Contábil com as normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Como sugestão para pesquisa futuras, sugere-se, verificar os impactos da falta de inclusão dos profissionais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no processo de convergência as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público analisando o desenvolvimento da gestão institucional.

REFERÊNCIAS

ALOE, A. **Contabilidade Pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo**. 10. ed. Niterói: Impetus, 2006.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Apresentação Oral-Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia ANNA CAROLINA SALGADO JARDIM; VIVIANE SANTOS PEREIRA. UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, LAVRAS - MG - BRASIL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. <http://sober.org.br/palestra/13/392.pdf>

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Assessoria de Finanças e Planejamento. **Organograma**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/proreitorias/asplan/organograma/> Acesso em. 10 mar 2016

AZEVEDO. R. R. de; SOUZA, J. A. de; VEIGA, M.F; **Normas Brasileiras de contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCASP Comentadas – 2**. Ed. Curitiba, PR: Tecnologia Educacional, 2010.

BARBOSA, D. B. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Perspectivas e limitações sob a ótica dos profissionais de contabilidade do Sudoeste baiano**. Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <http://www2.uesb.br/cursos/contabeis/wp-content/uploads/56-Diego-Barbosa-Duarte.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016

CARVALHO, L. N; SALOTTI, B. M. **Curso elearning de tópicos de Contabilidade Internacional**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/164/html>> Acesso em: 08 de abr. 2016

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC N° 1.111/07, de 29 de novembro de 2007. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC n° 750/93 sobre os Princípios de Contabilidade. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/001111 >. Acesso em: 11 nov. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sob a Ótica do IPSAS: Um estudo de comparativo**. 2°. ed. Porto Alegre, 2014.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 21. ed.. São Paulo: Atlas, 1997.

GAVA, C.P. **O Processo de Convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público às Normas Internacionais: um estudo sobre a percepção dos profissionais das entidades públicas da região da AMREC em relação às NBCASP**.

Criciúma, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/2108>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GRACILIANO, Erivelton Araújo. FIALHO, Wilton Clarimar Dutra. **Registro da Depreciação na Contabilidade Pública: uma Contribuição para o Disclosure de Gestão**. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 14 – 21, jan/abr. 2013. Disponível em < www.spell.org.br/documentos/download/10027 >. Acesso em: 11 de Mar de 2016.

HADDAD, R. C. MOTA. F.G.L.M. **Contabilidade Pública/ Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

HERRMANN Jr., Frederico. **Contabilidade Superior**. São Paulo: ed. Atlas, 1978.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. ed. 6°. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773 Acesso em. 07 mar 2016.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados IberoAmericanos para La 801 Perspectivas da Educação Matemática – UFMS – v. 8, número temático – 2015 Educación, La Ciência y La Cultura. In: **Reúñion de Consulta Técnica sobre Investigación em Formación del Profesorado**. México, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/download/867/983>> Acesso em. 03 mar 2016

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NASCIMENTO, LEONARDO DO, 1976 – **Contabilidade Pública/ Leonardo do Nascimento e Bernardo Cherman**. – Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2007.

MOTA, F. G. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública, 2009.

NASCIMENTO, Leonardo do; CHERMAN, Bernardo. **Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: ed. Ferreira, 2007.

NEVEZ, J. L. **Caderno de pesquisas em Administração**. São Paulo, V1, nº 3, 2º SEM./1996. Disponível em:
<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acesso em 03 mar 2016

Normas brasileiras de contabilidade: **contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade**. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [51] p. Brasil. Disponível em:
http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf. Acesso em: 03 mar 2016.

_____. **Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: CFC, 2013.

PAIVA, M. J. C. NETO, P. L. **Os princípios Fundamentais de Contabilidade e a Contabilidade Governamental: Uma Análise a Luz do Princípio da Prudência**. Pesquisa Especialização. Brasília – DF, 2006. Disponível em:
<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0ADA7DF04A83> Acesso em: 10 de mar 2016.

_____. Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Disponível em:
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1128.doc>. Acesso em: 2 mar 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, F. D. M. SOUZA, R. B. L. **O Contador e o terceiro setor**. 2013. Rio Grande do Sul. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109467/000919933.pdf?sequence=1>
Acesso em: 2 mar 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Sou Geovane Soares Santana, estudante do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, e estou realizando uma pesquisa sobre **O processo de Implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Desafios e Perspectivas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Para isso, necessito de sua contribuição preenchendo o questionário a seguir. É um total de **16** questões, com uma média de tempo de resposta de **20 min**. Seu anonimato será garantido, todavia, os dados coletados serão possíveis de divulgação.

Desde já, agradeço.

Geovane Soares Santana

1. Qual a sua formação profissional?

2. Você Possui Especialização?

() Sim () Não

Justifique ou Comente sobre a área de especialização:

3. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia segue algum plano estratégico para adequação as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP?

() Sim () Não

Justifique:

4. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Cumpre algum cronograma de implementação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

() Sim () Não

Se você marcou a opção “SIM”, por favor, responda se segue um calendário próprio ou o calendário do Estado.

5. Os sistemas utilizados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia estão de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP?

() Sim () Não

Se você marcou a opção „SIM”, por favor, comente como foi feita essa adequação. Se você marcou a opção “NÃO”, por favor, comente porque essa adaptação ainda não ocorreu.

6. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia está investindo no treinamento dos funcionários para que estejam preparados para trabalhar com as normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

() Sim () Não

Comente:

7. Qual sua posição com relação às mudanças das normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Justifique:

8. O seu trabalho sofreu algum impacto após a necessidade de utilização das normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

() Muito () Pouco () Não mudou nada

Justifique:

13. Segundo a Resolução CFC nº 1.129-08 – aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Neste sentido gostaria de saber se o setor de Patrimônio realizou uma reavaliação Patrimonial após a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

() Sim () Não

Comente:

14. Segundo a Resolução CFC nº 1.136-08 – aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia realizou após a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público a (depreciação, amortização e exaustão de bens)?

() Sim () Não

Comente:

15. O setor de Contabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia já implementou o sistema de “CUSTOS” da nova Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Caso não tenha implementado qual é o prazo para implementação?

() Sim, implementou () Não implementou

Comente:

16. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia realiza o reconhecimento, a mensuração e evidenciação de obrigações e provisões por competência?

() Sim () Não

Comente:
